

DOCUMENTAÇÃO LINGUÍSTICA, PESQUISA E ENSINO: REVITALIZAÇÃO NO CONTEXTO INDÍGENA DO NORTE DO AMAPÁ

Cilene Campetela¹, Gélsama Mara Ferreira dos Santos², Elissandra Barros da Silva³, Glauber Romling da Silva⁴

Resumo:

O artigo apresenta as ações de valorização e revitalização de línguas indígenas no atual processo de renovação do curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal do Amapá, na fronteira franco-brasileira, entre Oiapoque (Amapá) e *Saint-Georges-de-l'Oyapock* (Guiana Francesa). O curso se caracteriza por uma considerável diversidade linguística e cultural, com falantes de línguas das famílias Tupi-Guarani, Arawak e Karib, além da única língua crioula falada por indígenas no Brasil, o Kheuól. Baseados na perspectiva de que a documentação linguística subsidia a pesquisa e a pesquisa subsidia o ensino, discutimos metodologias de documentação, práticas de ensino e de pesquisa em projetos que envolvem as línguas Kheuól, dos Karipuna e Galibi-Marworno, e Parikwaki (Arawak), dos Palikur-Arukwayene.

Palavras-chave: Revitalização Linguística; Documentação Linguística; Ensino de Línguas Indígenas; Línguas Crioulas; Línguas Arawak.

Abstract:

This article presents the actions of enhancement and revitalization of indigeous languages, in the current process of renewal of the Intercultural Indigenous Undergraduate Course, at the Federal University of Amapá, French-Brazilian border, between Oiapoque (Amapá) and *Saint-Georges-de-l'Oyapock* (French Guiana). The Course is characterized by a great cultural and linguistic

1 Universidade Federal do Amapá
2 Universidade Federal do Amapá
3 Universidade Federal do Amapá
4 Universidade Federal do Amapá

diversity, with speakers of Tupi-guarani, Arawak and Carib languages, including Kheuól, the only creole language spoken by indigenous people in Brazil. Based on the perspective that the linguistic documentation underlies research and the research underlies teaching, we discuss documentation methods, teaching practices and research horizons in projects involving Kheuól, spoken by Karipuna and Galibi-Marworno, and Parikwaki (Arawak), spoken by the Palikur-Arukwayene.

Keywords: Linguistic revitalization; Linguistic Documentation; Indigenous Languages Teaching; Creole Languages; Arawak Languages.

0. Introdução

A Licenciatura Intercultural Indígena do campus binacional do Oiapoque, na fronteira entre Guiana Francesa e Brasil e no âmbito da Universidade Federal do Amapá, está sendo renovada com iniciativas de documentação linguística, pesquisas, ensino e extensão. Hoje, são prioridades a valorização e a revitalização das línguas indígenas do Norte do Estado do Amapá, faladas por povos da Terra Indígena Uaçá e da Terra Indígena Juminã, ambas situadas no município de Oiapoque.

Na primeira parte deste artigo, tratamos da questão do ensino no contexto universitário. Desenvolvemos e aplicamos métodos participativos de trabalho, tanto em sala de aula quanto fora dela, promovendo pesquisas voltadas ao fortalecimento da identidade linguística e indígena.

Na segunda parte, apresentamos o que se faz no Brasil em termos de documentação linguística, mais especificamente, nas Terras Indígenas do Norte do Amapá, citando os projetos em andamento que buscam revitalização e promoção das línguas indígenas dessa região, quais sejam: Kheuól, falado pelos Galibi-Marworno e Karipuna, língua crioula de base francesa, e Parikwaki, também conhecido por Palikur (Arawak), falada pelos Palikur-Arukwayene.

Na terceira parte, discorremos sobre a importância do estudo de línguas crioulas como fonte de dados ímpar para a investigação científica em áreas como aquisição da linguagem, nascimento de uma língua e mudança linguística. Aqui, o pano de fundo são as variedades dialetais do Kheuól, língua crioula falada pelos povos Galibi-Marworno e Karipuna do município de Oiapoque, Amapá, na fronteira franco-brasileira.

Ao longo de todo o artigo, apresentamos experiências que tomam o tripé documentação-pesquisa-ensino como base para ações de valorização e revitalização linguísticas.

1. Ensino e revitalização na Universidade

Abordamos, aqui, brevemente, a questão do ensino e da aprendizagem no contexto do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLII) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) no Campus Binacional de Oiapoque. O Curso atende uma forte demanda de formação superior continuada,

exigência da política nacional brasileira de Formação de Professores para a Educação Escolar, política formulada, basicamente, pelo Ministério da Educação (MEC).

A UNIFAP criou, em 2007, o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLII), com o objetivo de atender os povos Karipuna, Galibi-Kalinã, Galibi-Marworno, Palikur-Arukwayene e Wajãpi, no estado de Amapá, e Apalai, Wayana, Tiriyo e Kaxuyana, no norte do Pará. Trata-se de formação em nível superior de professores indígenas que atuam nas escolas de suas aldeias. Desde sua origem, o CLII é um complexo multicultural e multilíngue, em que distintos povos convivem, compartilhando o mesmo espaço e se submetendo a um processo de ensino e aprendizagem distinto do tradicional e essencialmente escolar. Nesse contexto de grande diversidade, se encontram falantes de línguas das famílias Karib (Apalai, Wayana, Tiriyo e Kaxuyana), Arawak (Palikur-Arukwayne) e Tupi-Guarani (Waiãpi), além de uma língua crioula de base francesa, o Kheuól, falada pelos Karipuna e pelos Galibi-Marworno⁵. Todos dominam, em maior ou menor grau, o Português, língua de comunicação entre eles e com os não-indígenas.

O CLII adota a pesquisa como base pedagógica da formação diferenciada dos seus alunos. A pesquisa articula permanentemente teorias, práticas e saberes locais, com vistas a uma melhor compreensão e avaliação do papel sociopolítico e cultural da escola dentro da realidade do cada povo. Estamos, assim, capacitando e instrumentalizando os discentes indígenas do CLII, incentivando-os a pesquisar e registrar suas culturas e línguas, o que contribui, positivamente, para a autoestima e para a valorização de sua identidade étnica.

Desde 2010, o CLII tem ofertado para seus alunos cursos e oficinas com o objetivo de apresentá-los às ferramentas de documentação e análise linguística e ao conhecimento teórico necessário para que eles possam implementar ações de documentação em suas próprias aldeias. Assim, realizamos oficinas de elaboração de dicionários bilíngues, em que os alunos tiveram contato com metodologias específicas; oficinas de vídeos para a documentação, com o objetivo de formar pesquisadores indígenas capazes de utilizar as ferramentas audiovisuais para a documentação de suas línguas e culturas; oficinas de treinamento para uso dos programas Elan⁶, Audacity⁷ e Flex⁸, amplamente usados, hoje, para a transcrição, tradução e análise linguística.

5 Embora na Guiana Francesa os Galibi-Kalinã sejam numerosos e preservem a língua indígena, no Brasil há somente dois grupos familiares com poucos idosos que ainda falam e/ou lembram a língua. Em suas aldeias, a língua corrente é o Português e nenhum dos alunos Galibi-Kalinã do CLII fala a língua de seus ancestrais.

6 <https://tla.mpi.nl/tools/tla-tools/elan/> [acessado em 28 de fevereiro de 2017].

7 <https://audacity.softonic.com.br/> [acessado em 28 de fevereiro de 2017].

8 <http://fieldworks.sil.org/flex/> [acessado em 28 de fevereiro de 2017].



Figura 1. Primeira Oficina de ELAN (foto Mara Santos, 2014)

Entre aulas, oficinas e cursos, começamos a fomentar a participação discente, discutindo, sobretudo, as contribuições da pesquisa para o ensino. Resultados dessas iniciativas começaram a surgir, ainda em 2010, com a implantação do **Programa Interinstitucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)**. À época, muitos bolsistas do PIBID eram também professores nas escolas de suas aldeias, falantes de Kheuól, e estavam incomodados com o desprestígio desta língua entre seus alunos e nas suas próprias comunidades. Com frequência relatavam que os espaços de uso do Kheuól estavam ficando mais limitados, restritos, quase sempre, ao ambiente familiar. Desde então, o CLII tem realizado ações com o objetivo de fortalecer os domínios de uso do Kheuól, tanto nas escolas indígenas quanto na Universidade.

1.1. Pesquisa para a revitalização

Levando em consideração a importância da pesquisa para os processos de documentação e de revitalização das línguas faladas nas Terras Indígenas do Uaçá e do Juminã pelos povos Galibi-Marworno, Karipuna e Palikur-Arukwayene, abordamos, aqui, a questão do ensino e dos métodos participativos desenvolvidos a partir do trabalho didático e pedagógico realizado tanto em sala de aula como em outros contextos de ensino e de aprendizagem, sejam oficinas, atividades vivenciais em campo ou estágios supervisionados.

Através do método que estamos chamando de “Participativo” (CAMPETELA, 2016), pretendemos que os estudantes indígenas se tornem protagonistas dos processos educativos do CLII e, como detentores do conhecimento linguístico e cultural, que são o foco das ações do curso, atuem ativamente e pessoalmente na criação, alimentação e manutenção do Acervo Digital Institucional da UNIFAP (cf. seção 2). Vamos relatar, a seguir, algumas experiências resultantes desta investida metodológica e acadêmica, que vem sendo desenvolvida e aprimorada ao longo dos últimos anos.

Uma das primeiras ações realizadas pelos professores indígenas e estudantes do CLII, no âmbito do Programa Instituição de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID), foi promover a autoafirmação

identitária e o fim do preconceito linguístico junto às suas comunidades. Com esse objetivo, na Aldeia Manga (Terra Indígena Uaçá), habitada majoritariamente por Karipuna, os professores indígenas e estudantes do CLII passaram a desempenhar um papel significativo durante eventos importantes, como as Reuniões de Lideranças e as Assembleias do Conselho de Caciques dos Povos Indígenas de Oiapoque – CCPIO. Nestes eventos, começam a ser ouvidos, cada vez mais, termos como *política linguística, valorização e documentação*.

No âmbito dessa tentativa de fortalecimento e promoção cultural, uma prática em desuso na Aldeia Manga foi retomada: os mutirões, que são momentos de reunião de várias famílias para o plantio da roça ou a limpeza da aldeia, espaços onde se fala e se canta em Kheuól. Dados linguísticos e culturais específicos estão sendo recuperados, sobretudo os que são vinculados às atividades da derrubada da mata, do plantio e colheita, da preparação do alimento e do caxixi.⁹ Os mutirões são hoje considerados como a concretização de uma política de preservação e valorização do Kheuól.

Mais recentemente, o professor Estácio dos Santos, estudante do CLII e bolsista PIBID, teve a iniciativa de realizar o Curso de Língua Kheuól, com professores indígenas do Oiapoque e da Guiana Francesa. O objetivo era ensinar o Kheuól para os outros professores, que não dominavam a língua, principalmente em sua modalidade escrita. Esses cenários reafirmam a importância do protagonismo do professor indígena, da sua autonomia como falante e pesquisador da sua própria língua e cultura.

A evidência do desenvolvimento de uma reflexão científica e acadêmica surge também em forma de pesquisa, por meio dos estudos e trabalhos de campo realizados pelos estudantes do CLII, resultando em artigos, monografias e documentários que também farão parte do Acervo Digital.

Sara Jane dos Santos, estudante e professora karipuna da Aldeia Santa Izabel, escreveu em seu texto *Grau de Bilinguismo e Uso de Kheuól na Aldeia Santa Izabel*, apresentado em 2016 como requisito para a conclusão do Curso:

Este artigo nos mostra que é verdade que a Língua Kheuól vem sendo cada vez menos usada pelas gerações mais novas. Isso pode ser um problema para a nossa memória coletiva, para a preservação dos nossos conhecimentos, pois através da Língua fazemos o registro, contamos tudo o que vivemos. Sendo assim, para aumentar o uso da Língua Kheuól na comunidade de Santa Izabel, nós pesquisamos políticas linguísticas que outras comunidades já adotaram e vamos fazer propostas com o objetivo de envolver a comunidade no compromisso de usar cada vez mais a Língua Kheuól.

Solange Forte Galiby, estudante e professora galibi-marworno, deixou a seguinte reflexão em seu trabalho de conclusão de Curso, intitulado *Oralidade e Escrita no Contexto Escolar da Aldeia Kumarumã*:

⁹ Caxixi é o nome regional para uma bebida fermentada a base de mandioca ou frutas locais, produzida e consumida, tradicionalmente, em contextos rituais.

Os professores da área de linguagem que atuam na Escola Camilo Narciso da Aldeia Kumarumã seguem o único material escolar para ensinar Kheuól. É a Gramática Kheuól (1984) da autora Ruth Montserrat. Essa gramática serve como “padrão” para atender as escolas do Karipuna e do Galibi-Marworno. O problema é que a escrita desse material é muito diferente do Kheuól Galibi-Marworno, da sua oralidade. Quando se trata de ensino, a língua escrita tem mais poder do que a língua oral, porque é mais usada no contexto escolar. O jeito de falar do Kheuól Galibi-Marworno, então, só é encontrado mesmo na oralidade, o que é uma questão problemática para a nossa comunidade que quer aprender a escrever com fluência, sem precisar aprender esse outro Kheuól que está presente na escrita do material escolar.

A formalização do conhecimento por meio de métodos participativos tem trazido bons resultados aos estudantes do Curso, mas também, e o mais importante, tem surtido efeito junto às suas comunidades, tem provocado discussões sobre a importância da identidade, da língua, da cultura, tem promovido políticas linguísticas fundamentais de autoafirmação, valorização e promoção das tradições indígenas.

Na próxima seção, trataremos dos projetos de documentação linguística do CLII que promovem a consolidação das práticas de ensino descritas.

2. A documentação linguística alimenta o ensino de Línguas

Os projetos de documentação linguística visam atender demandas explícitas e urgentes de comunidades indígenas falantes de línguas que se encontram em contextos específicos de situações de menor prestígio em relação, principalmente, ao português. Sobre documentação, Moore (2008:42) afirma que:

Documentação linguística, de qualidade variável, vem sendo feita desde o tempo dos jesuítas, em forma tradicional. Descrições científicas modernas completas, elaboradas por linguistas brasileiros, são recentes. A digitalização e anotação de gravações de amostras naturais de línguas estão em fase inicial, mas a demanda por documentação por parte dos grupos indígenas está aumentando rapidamente.

Himmelman (2006:1) assim define o que é ‘documentação linguística’: “A language documentation is a lasting, multipurpose record of a language”. Embora os registros audiovisuais de distintas e variadas manifestações de uma dada língua constituam, potencialmente, material de documentação, Galúcio (2004:111) ressalta que:

(...) não é suficiente realizar as gravações, mas é preciso que essas gravações sejam acompanhadas da sistematização do material coletado e acondicionamento correto desse material, inclusive da escolha da mídia de armazenamento que possibilite a manutenção do acervo, em uma larga escala do tempo.

No Brasil, há várias iniciativas de documentação linguística e cultural realizadas junto a comunidades indígenas. Dessas iniciativas resultaram grandes acervos digitais de línguas indígenas que estão salvaguardados, principalmente, no Museu do Índio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), no Rio de Janeiro, e no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), em Belém do Pará.

O MPEG, por meio de sua Área de Linguística, é pioneiro no trabalho de documentação de línguas indígenas no Brasil, em especial, as da Amazônia. Seu acervo possui material de mais de 50 línguas (GALÚCIO, 2004:112), muitas das quais extremamente ameaçadas, como Kuruaya e Xipaya. Já o Museu do Índio se destaca com a iniciativa de criação do Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas (PROGDOC) que abrange um número significativo de povos indígenas atendidos, como é registrado no relatório final do projeto (Coqueiro, 2016).

Os resultados e produtos gerados tiveram um impacto mais amplo sobre os povos indígenas parceiros do Projeto, atingindo uma população superior a 35 mil habitantes, em mais de 130 aldeias situadas em 47 municípios de todas as regiões do país, beneficiadas, direta ou indiretamente, pelo registro de suas línguas em perigo de extinção e a valorização de suas culturas submetidas a contextos de rápidas transformações.

Atualmente, o Museu do Índio é o guardião do maior acervo digital de línguas indígenas do Brasil, contribuindo assim, para a preservação, valorização e fortalecimento do patrimônio cultural e linguístico desses povos. Projetos de documentação são muito importantes, mas uma iniciativa de documentação linguística somente apresentará bons resultados se for pensada e gerida com a comunidade falante. Assim, se para obtermos resultados mais imediatos e concretos as metodologias utilizadas nos projetos de documentação linguística devem acompanhar as inovações tecnológicas e hoje dispõem de uma série de ferramentas que possibilitam abreviar várias etapas de trabalho, faz-se necessário dar acesso e domínio de tais ferramentas para os próprios indígenas, o que pressupõe um processo contínuo de formação de pesquisadores locais.

Para atender essa demanda, é necessário fomentar o surgimento e a consolidação de novos centros de formação e estudo de línguas indígenas, principalmente em locais distantes dos centros já consolidados. Nessa direção, apresentamos aqui o trabalho de formação e documentação que está sendo realizado pela equipe do CLII.

A valorização do Kheuól e seu reconhecimento enquanto língua indígena é uma das ações do CLII. O projeto **Valorização das Línguas Crioulas do Norte do Amapá**, contemplado por recursos provenientes do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD), do Ministério da Justiça (MJ), tem como objetivo principal produzir e promover conhecimentos sobre as línguas e culturas crioulas dos povos indígenas Karipuna e Galibi-Marworno.

Os recursos advindos do projeto são empregados na compra de equipamentos necessários para documentação em áudio e vídeo, como filmadoras, gravadores, máquinas fotográficas, e em oficinas

de formação de pesquisadores indígenas Karipuna e Galibi-Marworno, envolvendo-os no processo de valorização das línguas crioulas faladas nas suas comunidades, para que essas voltem a ocupar seus espaços de prestígio, hoje dominados pela língua portuguesa. Um vasto acervo digital inclui os registros áudio e vídeo de eventos de fala (repertórios de cantos, rezas, narrativas, fórmulas de cura) e de rituais que ainda resguardam traços linguísticos e culturais dos Karipuna e dos Galibi-Marworno. O projeto visa, além da formação de jovens pesquisadores indígenas, a produção de materiais didáticos e paradidáticos, com vistas ao fortalecimento do uso das línguas crioulas no contexto comunitário e escolar indígena.

O projeto de extensão **Língua Kheuól na Universidade** pretende oferecer o ensino da língua Kheuól para indígenas que têm o Português como primeira língua. Esta iniciativa visa a prestigiar o Kheuól e, por consequência, fortalecer a identidade étnica dos povos que a têm como língua materna para o enfrentamento do preconceito, da discriminação étnica e do viés “exótico” com que são tratadas as culturas indígenas no universo de Oiapoque. As aulas são ministradas por professores indígenas formados pelo CLII, que já atuam nas escolas de suas comunidades.

Complementando os projetos mencionados, a iniciativa de construção de um **Acervo Digital da Memória dos Povos Indígenas do Oiapoque** recebe apoio do Ministério da Cultura (MINC). O objetivo é criar um acervo digital etnográfico dos povos indígenas de Oiapoque a partir de documentos filmográficos (fotografias, cartogramas, mapas, desenhos, filmes) e textuais (relatórios, cartas, boletins, diários de campo, entre outros) referentes a línguas e culturas indígenas e que se encontram dispersos em diferentes instituições museológicas brasileiras desde o período da atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI, 1910-1967).

Sabemos que, hoje, o meio digital é a forma mais democrática de repassar conhecimentos e acessar informações. Portanto, a criação de um acervo digital da memória dos povos indígenas do Oiapoque irá contribuir para o seu fortalecimento cultural e linguístico. Nesse projeto estão envolvidos sete alunos bolsistas que trabalham na triagem de documentos, identificando-os e classificando-os por campos temáticos, para posterior análise e qualificação. A manipulação desses documentos, agora acessíveis, é um processo de (re)construção de histórias indígenas.

O conhecimento sobre bens culturais de natureza imaterial e material está sendo marginalizado pelo conhecimento dos não-indígenas, não tendo incentivos ou valorização. Esperamos que o acervo digital que está sendo construído propicie aos povos indígenas do Oiapoque a possibilidade de ter acesso a memórias do seu passado para uma nova visão do presente e do futuro.



Figura 2. Alunas do CLII registrando a cacica Dona Verônica da aldeia Curipi, Karipuna (foto Mara Santos, 2016)

A documentação linguística muitas vezes se torna o mote para a revitalização cultural. É o que está acontecendo entre os Palikur-Arukwayene. A documentação do Parikwaki vem sendo realizada há alguns anos através de projetos de pesquisa e extensão de professores do CLII. Em 2014, o projeto **Documentation of the Palikur (Arawak) Language** foi aprovado pelo Endangered Languages Documentation Programme (ELDP) da School of Oriental and African Studies (SOAS), sediado na University of London. O aporte financeiro possibilitou a compra de equipamentos básicos para a documentação e impulsionou novas atividades. À época, já havia uma pequena equipe de pesquisadores indígenas, cuja formação era realizada tanto nas aulas do CLII quanto em oficinas na Aldeia Kumenê, incluídas nas atividades do PIBID.

Os primeiros trabalhos foram realizados com vistas a coleta de listas de palavras para compor um pequeno acervo linguístico, destinado, inicialmente, a incrementar as atividades do CLII, principalmente as aulas da disciplina de Descrição e Documentação de Línguas. Contudo, logo passamos a documentar narrativas, sempre com narradores indicados pelos Palikur-Arukwayene. Eles também realizavam a gravação e, posteriormente, aprenderam a fazer a transcrição e a tradução dos materiais gravados. Em pouco tempo tínhamos uma coleção organizada de materiais, batizada de Acervo-Palikur¹⁰.

Paralelamente, a **Ação Saberes Indígenas na Escola**¹¹, vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação, chegou aos Palikur-Arukwayene, com o objetivo de atender à demanda de acompanhamento e avaliação da implementação da educação escolar, além de promover a formação continuada dos professores indígenas e elaborar material didático em língua materna para as escolas nas aldeias, respeitando as especificidades da organização social e as características (multi)linguísticas e culturais. O SIE foi o impulso que faltava para a consolidação de um grupo de professores/pesquisadores indígenas envolvidos com atividades de documentação e ensino. Passamos a trabalhar, efetivamente, com 33 professores, 3 orientadores e 2 sábios, todos Palikur-Arukwayene. O envolvimento dos sábios, os mestres Manoel Antonio dos Santos (Wet) e Manoel Labontê, deu outra dinâmica e novos conteúdos às atividades de pesquisa e ensino.

10 Para mais informações sobre o Acervo-Palikur, conferir Barros, 2016, pág. 61.

11 A Ação Saberes Indígenas na Escola (SIE) foi instituída pela Portaria do Ministério da Educação Nº 1.061, de 30 de outubro de 2013.

A partir de suas narrativas, os professores/pesquisadores passaram a (re)descobrir histórias, memórias e saberes. As narrativas, com frequência, levavam o grupo a extensas reflexões, principalmente relacionadas com as mudanças no modo de vida, em seus costumes e tradições. As expressões e termos utilizados pelos sábios, desconhecidas aos mais jovens, mobilizavam a atenção de todos. Para cada “nova palavra”, eram necessárias novas explicações, e novas histórias. Voltamos à análise linguística, a segmentar as palavras “desconhecidas”, a buscar significados; criamos um glossário para as narrativas. Aos poucos, as traduções foram sendo refeitas, pois os Palikur-Arukwayene queriam priorizar os termos mais antigos no texto escrito, muitas vezes adotando as mesmas expressões que, de início, por desconhecimento, eles haviam recusado. Muitos passaram a ensinar na escola o que aprendiam com os sábios e durante as oficinas. Os materiais produzidos pela equipe do SIE e os livros de narrativas se tornaram materiais didáticos. Hoje estão sendo finalizados dois livros, e há outros dois em construção. O Acervo-Palikur conta com mais de cinquenta narrativas gravadas, que estão sendo transcritas e traduzidas pelos Palikur-Arukwayene. Após essa etapa, o ciclo recomeça, com novas gravações, discussões e oficinas, que resultarão em novos materiais, de acordo com as demandas da escola e da comunidade.

Na próxima seção, apresentaremos os principais horizontes de contribuição à pesquisa que as ações de documentação apresentadas podem subsidiar. Trataremos, especificamente, da contribuição que o estudo de línguas crioulas pode dar para questões centrais da linguística e como esse estudo é fundamental para o desenvolvimento de materiais didáticos específicos.

3. Kheuól: a única língua crioula falada por indígenas em território brasileiro¹².

A pesquisa e o estudo de línguas crioulas precisam ser fomentados não só para se desconstruir o lugar-comum, que envolve não somente o ambiente externo aos centros de pesquisa, de que essas línguas são “incompletas”, “misturadas” ou “defeituosas”, mas para defender que línguas crioulas, e talvez somente elas, podem prover dados excepcionais para o estudo de questões como a natureza da linguagem, a gênese de línguas e sua aquisição.

Ainda que a intenção não seja fazer um estudo de características tipológicas de uma língua crioula específica, mas tão somente levantar as principais razões para o estímulo e fomento de pesquisa de línguas dessa natureza no contexto da revitalização, tomamos como pano de fundo a língua Kheuól¹³ falada pelas populações indígenas Galibi-Marworno e Karipuna (Andrade 1988; Ferreira 1998; Ladham 1995; Montserrat & Silva 1984; Picanço Montejo 1996; Tobler 1983; Wittmann 1987), nas áreas indígenas situadas no município de Oiapoque, estado do Amapá, na fronteira franco-brasileira, e objeto dos projetos citados nas seções anteriores.

Línguas definidas como crioulas são aquelas que surgem de contextos de contato onde não há língua comum. Na primeira geração de contato há o surgimento de uma língua franca, chamada de *pidgin*,

¹² Alleyne & Ferreira, 2007.

¹³ Também conhecido como *Patois*, as duas variantes citadas também atendem sob o rótulo geral de *Amazonian French Creole* (Alleyne & Ferreira 2007).

uma língua de contato sem falantes nativos. Quando o *pidgin* se consolida e forma sua primeira geração de falantes nativos, surge uma língua crioula.

Em seu léxico, as línguas crioulas, geralmente, mostram fortes características de uma das línguas, o chamado *superstrato*. Os processos de crioulição mais documentados foram engatilhados por eventos de colonização e estes mostram que, em geral, o superstrato é formado pela língua do colonizador, de maior expansão e alcance no território invadido (Holm, 2000). Por esse motivo, boa parte dos trabalhos disponíveis sobre crioulos são provenientes daqueles de lexificador de base francesa, inglesa, espanhola, portuguesa, alemã ou holandesa. O *substrato* geralmente é formado por línguas de menor expansão e contribui para as características gramaticais da língua (Holm, 2000). O Kheuól apresenta como superstrato o Francês.

Línguas crioulas apresentam características gramaticais independentes das línguas que compuseram sua formação. Isso reforça hipóteses inatistas de que a Gramática Universal (GU) tem um papel importante na sua emergência (Roberts, 2007). Algumas características geralmente encontradas em línguas crioulas são: não ter flexão em nomes ou verbos, seus advérbios expressam relações temporais, não há cópula, não há marcador existencial do tipo “*there is*”, a marca de negação é pré-verbal, não apresentam complementizadores e, em quase todas, sua ordem vocabular é SVO (Siegel, 2008), como no exemplo (1) do Kheuól:

(1) Pyé dji pu ye li pa ka vãde -l

Pedro dizer para eles ele NEG IPFV vender -3.obj

‘Pedro disse para eles (que) ele não estava vendendo isto’¹⁴

Línguas crioulas apresentam pouca expressão morfológica, restrita a categorias funcionais como número em nomes, como nos exemplos (2) de Kheuól.¹⁵

(2a) kaz-la

casa-DEF

‘a casa’

14 O exemplo foi retirado de Tobler (1983: 55); no original “Peter said to them (that) he was not selling it”.

15 Os dados apresentados a seguir são provenientes da pesquisa em andamento sobre Kheuól, sob a responsabilidade de Glauber Romling da Silva.

(2b) kaz-iela

casa-DEF.PL

‘as casas’

As categorias funcionais de tempo, modo e aspecto são expressas com morfemas funcionais pré-verbais (Siegel, 2008). Em Kheuól, na ausência de morfemas explícitos pré-verbais, verbos dinâmicos têm leitura aspectual perfectiva (3a), já verbos estativos têm leitura imperfectiva¹⁶(4a). O aspecto verbal imperfectivo (IPFV) é marcado pelo morfema funcional *ka* (3b e 4b).

(3a) mo mãje kasab-la

eu comer beiju-DEF

‘eu comi o beiju/*eu estou comendo o beiju’

(3b) mo ka mãje kasab-la

eu IPFV comer beiju-DEF

‘eu estou comendo o beiju/*eu comi o beiju.’

(4a) tximun-la malad

criança-DEF estar.doente

‘a criança está doente*a criança esteve doente’

(4b) tximun-la ka malad

criança-DEF IPFV estar.doente

‘a criança está ficando doente’

¹⁶ O que é comum em línguas *tenseless* (ver Lin, 2010). Na tradução para línguas com *tense*, o aspecto perfectivo implica em tradução para tempo passado, e dos imperfectivos em tradução para tempo presente.

A categoria funcional de tempo geralmente é marcada por um morfema glosado como ‘anterior’ (ANT) (Siegel, 2008). Em Kheuól, o morfema *te* exerce essa função.

(5a) mo te mǎje kasab-la
eu ANT comer beiju-DEF
‘eu estive comendo o beiju’

(5b) mo te-ka mǎje kasab-la
eu ANT-IPFV comer beiju-DEF
‘eu estava comendo o beiju’

(6a) tximun-la te malad
criança-DEF ANT estar.doente
‘a criança esteve doente’

(6b) tximun-la te-ka malad
criança-DEF ANT-IPFV estar.doente
‘a criança estava doente’

As convergências tipológicas encontradas em línguas crioulas podem ser devidas, ao menos em grande parte, a propriedades inerentes ao período de aquisição. Então, se línguas crioulas têm certas convergências tipológicas, por que certos parâmetros específicos são afetados e não outros? Línguas crioulas são lacunares (imperfeitas) nos mesmos lugares?

Além de não exibirem morfologia funcional rica, não há línguas crioulas do tipo V2, ergativas, SOV, com sujeitos nulos referenciais ou que permitam inversão em perguntas indiretas (“saberia eu responder a essa pergunta?”) (Roberts, 2007). Por que isso nesses lugares da gramática e não em outros?

Em uma perspectiva gerativa (Rizzi, 1993, 2004), em que há três camadas principais - lexical, funcional e uma camada que mapeia operações no nível do discurso - todas as características supracitadas devem-se a mapeamento paramétrico acima do nível lexical. Línguas do tipo V2, ergativas, que permitem inversão em perguntas indiretas e que não são SVO (Kayne, 1994) exibem essas características pela mesma explicação: todas essas características tipológicas seriam epifenômenos de movimento engatilhado por traços marcados como fortes em nódulos de camadas acima do nível lexical¹⁷. Essa generalização levanta as seguintes questões: por que a aquisição de camadas acima do léxico (IP e CP) são mais afetadas nos contextos nos quais uma criança é exposta a uma língua ‘crioula’? Que papéis a natureza do *input* (PLD) e, por outro lado, da GU (criança em fase de aquisição), exercem, especificamente, para fazerem emergir tais convergências tipológicas?

Em uma teoria que propõe uma arquitetura sintática com interfaces conceptual-intencional e sensorio-motora, e recursividade como mecanismo inato (Chomsky, 1995; Hauser, Chomsky & Fitch, 2002), qual seria o papel de cada uma dessas interfaces externas na explicação da natureza do nascimento e da mudança de línguas? A morfologia é o *locus* da irregularidade e da excepcionalidade por excelência. A regularidade da tipologia sintática entre as línguas crioulas se explicaria por ser a sintaxe o que “sobra” de universal ou inato em um contexto de estímulo não apenas pobre, mas paupérrimo e variável?

O estudo das línguas crioulas pode ajudar na resposta para estas e outras questões centrais para qualquer teoria linguística. Como línguas nascem? Por que certos parâmetros parecem ser menos marcados, ou seja, mais fáceis de serem modificados?

A percepção na academia de que línguas crioulas podem dar grande contribuição para as questões levantadas vem se construindo aos poucos (Roberts, 2007) e, com isso, seu prestígio e protagonismo na arena de debate científico. Por outro lado, o entendimento dessas questões é de suma importância para o desenvolvimento de materiais didáticos voltados ao letramento em contextos específicos nos quais a língua crioula ou é a primeira língua (L1) ou é a segunda língua (L2). Além disso, tais materiais contribuirão para a desmitificação de um fenômeno cuja incompreensão leva não só à perda de oportunidades ímpares para a pesquisa linguística, mas também à disseminação de preconceitos para com falantes que as adotam como língua de identidade cultural.

4. Conclusões

A documentação linguística subsidia a pesquisa e a pesquisa subsidia o ensino. O fortalecimento dos elos desse ciclo é fundamental para quaisquer processos de revitalização que venham a lograr êxito. Uma língua ameaçada somente terá sucesso em seu esforço de revitalização se seus falantes aumentarem seu prestígio em relação à sociedade dominante. O prestígio passa a existir e a crescer quando a língua e seus falantes começam a ser reconhecidos (Crystal, 2000).

¹⁷ Sujeitos nulos referenciais são exigidos por imposição de EPP (Chomsky 1995), traço operado no nível do nódulo T(ense) (ou I(nflection) em outras abordagens). Ou seja, essa característica também tem a ver com condições de legibilidade.

As esferas de prestígio são interconectadas e devem alcançar domínios públicos amplos. Os mundos acadêmico, político, artístico-cultural e midiático são espaços a serem ocupados de maneira proeminente para o êxito de um processo de revitalização. Nos meios midiáticos, materiais para a internet, jornais, revistas e impressos devem ser produzidos e terem sua circulação fomentada. As expressões artísticas e culturais devem ser conhecidas e valorizadas através de exposições, mostras e publicações. Políticas linguísticas devem dar representatividade, promover a oficialidade e assegurar a preservação, reconhecimento e multiplicação do uso em espaços públicos para além dos domínios locais, através de legislações específicas e programas de governo (Crystal, 2000). No mundo acadêmico, as línguas, em sua natureza e usos, devem ser estudadas.

Ao apresentar, brevemente, algumas experiências surgidas no contexto do CLII da UNIFAP, com vistas à valorização e revitalização da línguas indígenas faladas na região do Oiapoque, defendemos que a metodologia de documentação linguística, aliada à pesquisa, é a base para o desenvolvimento de práticas de ensino que, de fato, cumpram a especificidade e os direitos contidos na Carta Magna do Brasil de 1988 (Artigo 210, § 2º), em que é “assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”¹⁸.

Na articulação de diferentes projetos, experimentamos uma filosofia e uma política de fortalecimento e revitalização ainda extremamente frágeis, se não ainda inexistentes, nesse canto extremo e fronteiro do norte amazônico. Estamos tirando uma língua, o Kheuól, da invisibilidade de um gueto. Algo inédito, talvez, cuja continuidade depende do apoio institucional, do entusiasmo de professores, pesquisadores e comunidades indígenas, da ampliação, com recursos humanos competentes, de uma equipe ainda insuficiente para o tamanho da tarefa e dos compromissos assumidos. Há condições, hoje, no Brasil, para a consolidação e o avanço de um programa como o que apresentamos e que está nos seus primeiros passos, em plena periferia geográfica e política? Não queremos ser pessimistas, nem desistir.

Referências:

ALLEYNE, M. C.; FERREIRA, J. A. S. Comparative perspectives on the origins, development and structure of Amazonian (Karipúna) French Creole. In: HUBER, Magnus, and VIVEKA, Velupillai (eds). *Synchronic and diachronic perspectives on contact languages*, vol. 32, p. 325-357. John Benjamins Publishing, 2007.

ANDRADE, J. de. 1988. *Cultura crioula e lanc-patúa no norte do Brasil: Culture créole e languepatúa au nord du Brésil*. São Paulo: GHG, 1988.

BARROS, E. A Língua Parikwaki (Palikur, Arawak): Situação Sociolinguística, Fonética e Fonologia. 2016. 198 f. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

18 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm [acessado em 28 de fevereiro de 2017].

CAMPETELA, C. Aspectos do Ensino e da Aprendizagem de Primeira e Segunda Línguas (L1 e L2) em Escolas Indígenas. Segundo Congresso Internacional Los Pueblos Indigenas de America Latina, siglos XIX-XXI. Santa Rosa, Argentina. 20 a 24 de setembro, 2016.

CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge: The MIT Press, 2005.

COQUEIRO, Sonia. Relatório de Progresso Final do Programa de Documentação de Línguas e Culturas – PROGDOC – 2016. Rio de Janeiro, 2016.

CRYSTAL, D. *Language Death*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

FERREIRA, J. S. O povo Karipúna do Amapá e a fala dele. Monografia de conclusão do Curso de Especialização Em Línguas Indígenas Brasileiras. Setor de Linguística, Departamento de Antropologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

GALÚCIO, A. V. Gravações e acervo a partir da pesquisa linguística e cultural, como um passo para a revitalização, fortalecimento e resgate cultural. In: MOREIRA, E.; BELAS, C.A.; et al (orgs.). *Propriedade Intelectual e Patrimônio Cultural: proteção do conhecimento e das expressões culturais tradicionais*, p. 109-115. (pdf). Belém do Pará, MPEG, 2004.

HAUSER, M. D., CHOMSKY, N., & FITCH, W. T. 2002. The faculty of language: What is it, who has it, and how did it evolve?. *Science*, 298(5598), 1569-1579.

HIMMELMANN, N. P. Language documentation: What is It and what is it good for? In: GIPPERT, J.; HIMMELMANN, N.; MOSEL, U. (eds.). *Essential of Language Documentation* Mouton de Gruyter – Berlin – New York, 2006.

HOLM, J. *An introduction to pidgins and creoles*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

KAYNE, R. S. *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1994.

LADHAMS, J. Investigating the background of Karipúna Creole French. In: BAKER, P. (ed.). *From contact to Creole and beyond*. London: University of Westminster Press. 115–120. 1995.

LIN, J. W. A tenseless analysis of Mandarin Chinese revisited: A response to Sybesma 2007. *Linguistic Inquiry*, 41(2), 305-329. 2010.

MOORE, D.; GALÚCIO A.V.; GABAS Jr, N. Desafio de documentar e preservar línguas. In: CAPOZZOLI, U. (org.). *Amazonia: destinos*, p. 36-43. (pdf). São Paulo: Duetto Editorial, 2008.

- PICANÇO MONTEJO, F. A língua kheuól do povo indígena Karipúna e Galibi-Marwono. In: *Boletim de Estudos Crioulos* [Suplemento de Papia] 3. 11–13. 1996.
- RIZZI, L. Some notes on linguistic theory and language development: The case of root infinitives. *Language acquisition*, 3(4), 371-393. 1993.
- RIZZI, L. On the cartography of syntactic structures. In: RIZZI, L. (ed.), *The structure of CP and IP: The cartography of syntactic structures*, 2, 3-15. 2004.
- ROBERTS, I. *Diachronic syntax*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- SIEGEL, J. *The emergence of pidgin and creole languages*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- TOBLER, S.J. *The grammar of Karipúna Creole* [Série *Lingüística* 10]. Brasília: SIL, 1983.
- WITTMANN, H. Substrat et superstrat dans le français créole des Indiens Karipouns. Communication, 7ème Congrès annuel de l'AQL, Université d'Ottawa, 19–22 mai. Résumé, *Revue québécoise de linguistique théorique et appliquée*, 6:1.26. 1987.